



DOCUMENTOS TEMÁTICOS DA HABITAT III

15 – RESILIÊNCIA URBANA

Nova York, dia 31 de maio de 2015

(Versão não editada 2.0)





DOCUMENTO TEMÁTICO SOBRE RESILIÊNCIA URBANA

PALAVRAS-CHAVE

Resiliência, ameaças, vulnerabilidade, riscos, eficiência de recursos, resiliência urbana, mudanças climáticas, ecossistemas, recursos naturais, redução do risco de desastres, impactos, tensões, finanças, planejamento urbano, governança.

OBJETIVO DO DOCUMENTO

Este documento prima em contribuir para os objetivos da Nova Agenda Urbana, aprimorando o entendimento sobre os fatores que estimulam a resiliência urbana, permitindo ao sistema de uma cidade resistir e se recuperar rapidamente de múltiplos e variados impactos e tensões, melhorando seu desempenho ao longo do tempo. No contexto da Área 5, a resiliência provê um enquadramento abrangente para que os riscos sejam melhor enfrentados, e as oportunidades e custos associados à crescente ocorrência de desastres urbanos sejam melhor assimilados. Isso levando-se em conta, ainda, os impactos das mudanças climáticas, atuais e previstos, a proteção de serviços ecossistêmicos críticos e dos recursos naturais.

Um raciocínio voltado para a resiliência estimula uma visão global do sistema urbano – aquele que busca compreender a natureza interconectada do plano espacial de uma cidade, seus bens físicos, funções e dimensões socioeconômicas. É exatamente por isso que os autores recomendam que a resiliência seja também considerada nas discussões feitas por outras áreas temáticas e outros relatórios, particularmente nos que dizem respeito à economia urbana e ao desenvolvimento espacial (nesse sentido, veja o documento da Área 3).

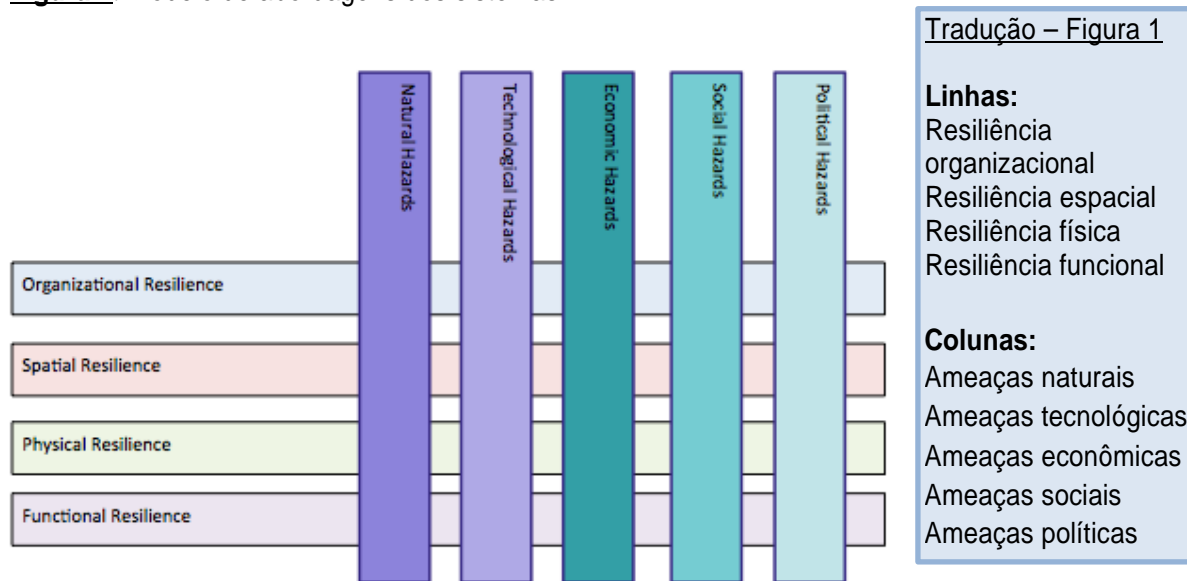
PRINCIPAIS CONCEITOS

O conceito de resiliência é, ao mesmo tempo, ambicioso e operacional. Nos últimos anos, a resiliência emergiu como um tema central do desenvolvimento urbano, sendo usada como base para uma gama de intervenções e investimentos estratégicos entre as principais instituições de desenvolvimento do mundo, e, crescentemente, também entre a comunidade humanitária. A resiliência foca não apenas na forma como os indivíduos, comunidades e negócios agem face aos diversos impactos e pressões, como também na forma que eles identificam oportunidades para um desenvolvimento transformacional.

Nesse sentido, a resiliência é tanto uma qualidade do desenvolvimento urbano sustentável quanto um estímulo ao próprio desenvolvimento. Em nível municipal, a resiliência reconhece a área urbana como um dinâmico e complexo sistema que precisa, continuamente, se adaptar a vários desafios, de forma integrada e global. O “sistema urbano” pode ser compreendido a partir das escalas funcional (por ex., a geração de receita municipal), organizacional (na governança e liderança, por ex.), física (ex.: infraestrutura), e espacial (ex.: planejamento e designs urbanos), conforme ilustrado na Figura 1.



Figura 1: Modelo de abordagens dos sistemas



Fonte: ONU-Habitat

Cada parte do sistema tem uma inerente conexão com a outra. Tanto em países desenvolvidos quanto nos em desenvolvimento, as cidades são vulneráveis a rupturas ou degradações de partes individuais ou múltiplas do sistema urbano, seja em decorrência de uma recessão econômica ou turbulência social, de epidemias, ou mesmo por uma falha de governança em se preparar para e lidar com fraquezas internas do sistema. Estratégias resilientes demandam uma grande compreensão dessa inerente relação de interdependência entre as partes, pois as cidades não podem ser resilientes por si só, isoladamente.

Por exemplo, uma cidade que, para se tornar resiliente a uma ameaça em particular – como as enchentes -, desloque loteamentos residenciais para uma área mais segura, deveria aproveitar a situação para também enfrentar outros problemas (por ex., a desigualdade). Por melhor intencionadas que possam ser, estratégias de desenvolvimento que tenham como foco somente um setor ou problema podem acabar desencadeando novas ameaças ou mesmo perdendo a oportunidade de transformar positivamente a cidade. Uma área residencial protegida das enchentes, mas que não ofereça moradia acessível ou deixe as pessoas desconectadas de seus locais de trabalho, pode acabar alimentando tensões sociais e contribuindo para um ciclo de pobreza e geração de riscos. Em 2001, durante as enchentes na Tailândia, por exemplo, 73% dos moradores de habitações populares em Bangcoc foram afetados. Em comparação, apenas 21% da população total da cidade foi impactada (UNISDR, 2013).

Desenvolvendo Resiliência

Como mais pessoas e recursos se concentram em cidades, há um crescente e complexo conjunto de impactos e tensões que podem influenciar, negativa ou positivamente, a resiliência (veja a Figura 2). Em termos gerais, são fatores que influenciam a resiliência de uma cidade: o alcance e a gravidade das ameaças enfrentadas; o risco à vida e à propriedade; a vulnerabilidade e a exposição a que são submetidos os sistemas humanos, sociais e ambientais; e o grau de preparação dos sistemas físicos e de governança para lidar com quaisquer impactos ou tensões.



Figura 2: Classificação das ameaças urbanas (impactos e tensões)

Natural	Technological	Socio-economic-political-cultural Crises
<ul style="list-style-type: none"> • Epidemic and Pandemic • Insect Infestation • Drought • Extreme Temperature • Wildfire • Earthquake • Mass Movement • Volcano • Flood • Storm 	<ul style="list-style-type: none"> • Chemical Spill • Collapse • Explosion • Fire • Gas Leak • Oil Spill • Poisoning • Radiation • Transport Accident • Systems breakdown (e.g., Water, Energy, ICT, Health, Education, etc.) 	<ul style="list-style-type: none"> • Housing Crisis • Energy Crisis • Food Crisis • Water Crisis • Terrorism • Massacre • Social Conflict • Economic Crisis • Business Discontinuity • Excessive Unemployment • War • Political Conflict • Corruption

Tradução – Figura 2

Natural	Tecnológico	Crises socioeconômicas, políticas e culturais
<ul style="list-style-type: none"> • Epidêmico e pandêmico • Infestação de insetos • Secas • Temperaturas extremas • Fogo incontrolável • Terremoto • Migração em massa de pessoas • Vulcões • Enchentes • Tempestades 	<ul style="list-style-type: none"> • Vazamento químico • Colapsos • Explosões • Fogo • Vazamento de gás • Vazamento de petróleo • Envenenamento • Radiação • Acidente de transporte • Colapso de sistemas (ex.: água, energia, TCI, saúde, educação, etc.). 	<ul style="list-style-type: none"> • Crise de moradia • Crise de energia • Crise de comida • Crise Hídrica • Terrorismo • Massacres • Conflitos sociais • Conflitos econômicos • Descontinuidade de negócios • Desemprego excessivo • Guerra • Conflitos políticos • Corrupção

Fonte: Banco Mundial, 2014, adaptado do documento City Resilience Profiling Tool (CRPT, sigla em inglês), da ONU – Habitat, que se baseia na classificação de ameaças feita pela EM-DAT e pela PreventionWeb.

O conceito de resiliência tem evoluído de forma constante ao longo dos anos. O estudo da ecologia e as análises sobre como os impactos e perturbações afetam ecossistemas tem guiado a aplicação dos princípios da resiliência em outros sistemas. Da mesma forma, houve considerável ampliação do foco da área de redução de riscos de desastres, indo desde somente se preparar para um desastre até uma perspectiva mais ampla que considera como as decisões sobre o desenvolvimento podem afetar a exposição e a vulnerabilidade a múltiplas ameaças ao longo do tempo, e como medidas podem reduzir perdas e ajudar a construir resiliência.

A atenção renovada dada à resiliência, especialmente a urbana, trouxe um significativo número de avanços à pauta. Ela estimula a atenção a uma maior gama de impactos e procura entender como



eles afetam os sistemas urbanos. Procura, também, aumentar o conhecimento sobre os riscos, exposições e vulnerabilidades, visando identificar oportunidades para um desenvolvimento transformacional.

Impactos e tensões oriundos de condições ambientais afetam a resiliência de uma cidade por diferentes vias. A degradação do ecossistema, ou a perda de serviços ecossistêmicos num território mais amplo pode ter efeitos diretos na resiliência urbana – considere, por exemplo, a conexão entre a degradação de ecossistemas em bacias hidrográficas ou pantanais e as enchentes urbanas ou a própria qualidade da água.

A escassez de recursos é, ainda, outra fonte de tensões. Apesar de – com exceção da escassez de água – a maioria dos impactos da falta de recursos não ser sentida diretamente nas cidades, padrões de produção e consumo que sejam insustentáveis são fontes constantes de estresse dentro delas. A maioria das possíveis intervenções que aliviam estresses ambientais e constroem resiliência a partir do gerenciamento de ecossistemas, do uso de recursos de forma eficiente e outras medidas são detalhadas no Documento Temático 16.

Fortes impactos somados a tensões endógenas - como o desemprego, especialmente entre a população jovem -, podem tanto impedir quanto reverter o desenvolvimento. Com frequência, os impactos dos desastres vão além das já existentes fraquezas socioeconômicas e ambientais do sistema urbano. A combinação de impactos e tensões recorrentes ou prolongados podem levar populações vulneráveis à pobreza e/ou mantê-las nessas condições (Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial, 2014).

A construção da resiliência exige não somente que haja compreensão dos riscos e impactos imediatos de um desastre na área afetada, mas também das consequências que vêm a reboque e que têm efeitos profundos e prolongados sobre comunidades, sistemas financeiros e fronteiras geográficas. Considere, por exemplo, os impactos de ampla abrangência e longo prazo que o grande terremoto e tsunami que atingiram a região nordeste do Japão, em 2011, tiveram nas cadeias globais de fornecedores e na indústria da energia nuclear.

Resiliência na Nova Agenda Urbana

Os três pilares da Nova Agenda Urbana – planejamento urbano, legislação urbana e finanças municipais – fornecem uma ampla estrutura para a compreensão da resiliência no contexto urbano.

Sem um bom planejamento urbano, investimentos rentáveis e sustentáveis podem dar lugar a outros fracos e contraproducentes. Sem uma boa governança e legislação adequada, o cenário de investimentos se torna mais incerto, dificultando o desenvolvimento e efetivação de bons planos. Ademais, a ausência de finanças adequadas impede que mesmo os melhores planos sejam concretizados, além de fazer com que os impactos de longo prazo das mudanças climáticas sejam ignorados na tomada das decisões mais imediatas relacionadas a investimentos, alimentando um ciclo vicioso de geração de riscos.

No tocante ao planejamento, estratégias que levem em conta a resiliência podem auxiliar um modelo positivo de urbanização, que seja compacto, conectado, integrado e inclusivo. Tudo isso a partir da



promoção de decisões que levem em conta os riscos, que sejam testadas contra estresses múltiplos e que tenham o maior e melhor impacto para a maior parte da população. Em Santa Fé, na Argentina, o governo municipal usou a ameaça de enchentes perenes para criar um 'plano integrado de ação pela resiliência', que redirecionou o desenvolvimento para áreas seguras e se valeu da oportunidade para criar outras melhorias, como uma melhor conexão das comunidades com o sistema de transporte.

Muitas cidades ao redor do mundo têm empregado estratégias de resiliência para reparar desequilíbrios socioeconômicos e ambientais que são legado de um conflito do passado ou resultado de uma situação atual. O projeto "Corredores da Liberdade", desenvolvido pela cidade de Johannesburgo, tem usado os corredores criados na época da apartheid para criar melhorias significativas para o planejamento urbano da cidade e para o sistema de transporte.

Os padrões atuais de desenvolvimento urbano e o acúmulo de riscos em áreas urbanas frágeis causam especial preocupação. O ritmo do crescimento urbano nessas áreas – como resultado do êxodo rural e de conflitos – está exacerbando vulnerabilidades e trazendo mais pressão sobre os serviços urbanos básicos, a coesão social, e a própria capacidade das instituições públicas de lidar e responder às necessidades da população. Como os migrantes geralmente se estabelecem em favelas, que são áreas com especial vulnerabilidade a impactos – naturais ou artificiais, incluindo as mudanças climáticas -, há um risco de maior instabilidade e remoção nessas regiões (veja o Documento Temático 2).

Um pensamento voltado à resiliência também auxilia os planejadores urbanos, governos e empresas locais a refletir sobre a natureza interconectada do planejamento urbano a nível social, econômico e ambiental. Por exemplo, a resiliência ajuda a entender o porquê de uma urbanização que leve ao espraiamento não só desconectar as áreas residenciais dos locais de trabalho, mas também aumentar a dependência de sistemas de transporte movidos a combustíveis fósseis e que, por isso, tenham alta emissão de poluentes e gases de efeito estufa associada.

Da mesma forma, cidades mal planejadas contribuem para a degradação do solo (veja os Documentos Temáticos 16 e 17) e exercem mais pressão sobre os recursos naturais e ecossistemas que funcionam como ferramentas na mitigação das mudanças climáticas e atuam como atenuantes de eventos climáticos. A consciência da natureza interconectada dos riscos e oportunidades para a transformação urbana auxilia os líderes municipais a definirem melhores políticas, e os investidores a tomarem decisões mais bem informadas. Tudo isso representa uma oportunidade particularmente atraente para o benefício da cidade, sobretudo quando se considera que 60% da área que se espera ter urbanizada em 2030 ainda está para ser construída (veja o Documento Temático 18).

Uma abordagem para o desenvolvimento que seja voltada para a resiliência pode também melhorar os desafios governamentais, destacando a conexão entre o colapso das funções regulatórias nas áreas urbanas, particularmente nos países em desenvolvimento, e o surgimento de vulnerabilidades a ameaças, naturais ou não. A corrupção ou a falta de interesse na construção de estratégias mais amplas de conformidade e de um código legal que reforce essas necessidades podem ser associadas a alguns dos piores desastres dos tempos modernos.

Na Turquia, antes do terremoto de 1999, que matou 17.000 pessoas, 65% dos prédios em Istambul e em outras cidades haviam sido construídos violando os códigos locais de moradia. No Chile, no



entanto, o terremoto de magnitude 8.2 que atingiu a costa em abril de 2014, e os subsequentes tremores, evidenciaram os benefícios de se investir na preparação e mitigação de riscos associados a ameaças sísmicas.

A aplicação de códigos de construção rigorosos está relacionada a baixos números de mortes, como os associados a prédios e infraestruturas. Enquanto isso, a evacuação de quase 900 mil pessoas da costa, a partir do alerta de um tsunami, ilustra os benefícios de investir em mecanismos de consciência pública e sistemas rápidos de alerta.

A resiliência também tem tido um papel importante na tomada de decisões financeiras que acabam por afetar a forma e a função da cidade. Isso ocorre, por exemplo, quando a Corporação Financeira Internacional (CFI), do Banco Mundial, não só considera os riscos trazidos pelas mudanças climáticas em suas decisões de investimentos, mas também passa a analisar projetos de infraestrutura de larga-escala sob o crivo da resiliência. Outra iniciativa, liderada pelo Banco Mundial e pela Colaboração Medellín para Resiliência Urbana, busca compreender como a abordagem mais ampla da resiliência está não só influenciando decisões de investimentos, mas também estimulando inovações nas finanças urbanas.

DADOS E FATOS IMPORTANTES

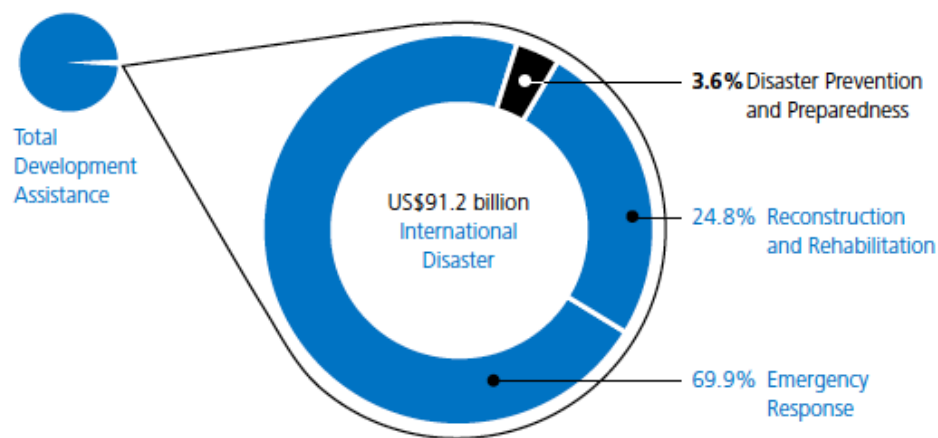
- Famílias pobres tendem a ser menos resilientes que as ricas. Uma análise do terremoto que atingiu o Haiti em janeiro de 2010 mostrou que as famílias com melhores condições financeiras se recuperaram mais rapidamente do evento, enquanto as famílias mais pobres eram mais dependentes de empregos temporários e tendentes à redução de consumo ou mesmo à retirada de seus filhos da escola (Instituto de Desenvolvimento Ultramarino, 2013).
- Uma recente análise de risco de 616 grandes áreas metropolitanas - que englobam 1,7 bilhão de pessoas, quase 25% da população mundial e aproximadamente metade do PIB global -, descobriu que o risco de enchentes ameaça mais pessoas que qualquer outro evento extremo. As inundações ameaçam quase 379 milhões de moradores urbanos. Terremotos e fortes ventanias afetam, potencialmente, 283 milhões e 157 milhões de pessoas respectivamente (Hausmann, 2013).
- Treze das cidades mais populosas do mundo são áreas de comércio costeiro vitais para a manutenção das cadeias globais de suprimentos. Muitas dessas cidades, contudo, estão expostas a riscos de enchentes e tempestades. Estima-se que a exposição de bens econômicos irá crescer, entre 2005 e 2070, de 416 bilhões de dólares para 3.513 bilhões em Miami, de 8 bilhões de dólares para 544 bilhões em Daca, e de 84 bilhões para 3.557 bilhões de dólares no Cantão (Relatório de Avaliação Global, 2013).
- Há uma diferença considerável entre os investimentos feitos na resiliência a desastres e os gastos com resposta a crises (veja a figura 3). De acordo com estimativas, a cada 100 dólares gastos no auxílio ao desenvolvimento, apenas 40 centavos são investidos na redução dos impactos de desastres. Ao mesmo tempo, as perdas oriundas de desastres nos países em desenvolvimento somam 862 milhões de dólares (um montante consideravelmente subestimado) – o equivalente a um terço de todos os recursos internacionais voltados para auxílio ao desenvolvimento.
- Em 2020, aproximadamente 1,5 bilhão de pessoas dos países em desenvolvimento viverão em favelas (ONU-Habitat). Como essas construções geralmente ocorrem em áreas de alta exposição



a riscos – como zonas costeiras e planícies aluviais – e a infraestrutura costuma ser de baixa qualidade, a vulnerabilidade dessas populações aos efeitos das mudanças climáticas aumentará exponencialmente (Turn Down the Heat: Climate Extremes, Regional Impacts, and the Case for Resilience, relatório encomendado pelo Banco Mundial).

Cerca de 15% da população mundial vive em países frágeis e afetados por conflitos. Essa mesma população compreende um terço das pessoas vivendo em extrema pobreza¹ do mundo. Em 2015, estima-se que mais da metade (56%) das pessoas que hoje vivem em locais de risco residirão em cidades.

Figura 3: Parcela da Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (AOD) destinada à resposta a desastres vs. resiliência – em dólares:



Tradução – Figura 3

Total da Ajuda ao desenvolvimento	91,2 bilhões de dólares	3,6% Prevenção e preparação aos desastres
	Desastre internacional	24,8% Reconstrução e reabilitação
		69,9% Resposta emergencial

Fonte: GFDRR Gerenciando Riscos de Desastres para um future resiliente: uma estratégia para a Facilidade Mundial para a Redução de Catástrofes e a Reconstrução 2013 - 2015

RESUMO DO TEMA

Progresso significativo foi feito em termos de conhecimento, políticas, engajamento de parceiros e nas operações de apoio à resiliência, que agora contam com inúmeros mecanismos para facilitar ações posteriores.

A compreensão da natureza interconectada dos riscos e de como eles afetam os sistemas urbanos avançou consideravelmente nos anos recentes. Além disso, vários esforços estão sendo feitos para harmonizar as métricas e indicadores da resiliência urbana e para assegurar que eles sejam úteis aos governos locais e, ao mesmo tempo, estejam alinhados a processos nacionais e internacionais.

¹ Inputs do Banco Mundial ao Marco de Ação de Hyogo no contexto pós 2015, 2014.



Inúmeras ferramentas e metodologias já estão disponíveis para ajudar cidades a avaliar sua vulnerabilidade e testar sua resiliência a vários impactos e ameaças. Esses, em conjunto com exemplos de boas práticas, estão cada vez mais disponíveis online (veja a seção sobre plataformas existentes). Aprimorar essas ferramentas e o conhecimento de base, assim como mecanismos para o compartilhamento de experiências entre cidades continua sendo uma prioridade para muitos parceiros.

Informações sobre riscos, incluindo dados sobre vulnerabilidade e exposição a ameaças e impactos são essenciais para construir resiliência. Perdas em desastres, análises de riscos e projeções das mudanças climáticas, por exemplo, são ferramentas fundamentais para guiar planos e investimentos e identificar oportunidades para uma ação transformadora. Apesar de reconhecido como uma prioridade global, essas ferramentas ainda não estão universalmente disponíveis em todas as cidades.

Nesse contexto, conhecimento e ferramentas para a construção de resiliência a desastres são os mais avançados. Grandes investimentos no entendimento das causas e consequências de outros impactos e estresses, como os relacionamentos ao meio ambiente e a conflitos, são necessidades urgentes.

Em escala global, governos continuam a ativamente discutir a resiliência no contexto de acordos internacionais, incluindo o UNFCCC, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis e o Financiamento do Desenvolvimento. Diálogos levaram a novos compromissos relacionados à construção de resiliência para desastres quando, em março de 2015, o Marco de Sendai para a Redução de Riscos de Desastres foi assinado por 185 países. O compromisso trouxe sete metas globais focadas na redução de perdas de vidas, moradia e bens econômicos (entre outros) e incluiu metas para ação local. De forma crítica, o Marco de Sendai enfatizou os esforços para evitar a criação de riscos de desastres e introduziu quatro prioridades para ação que incluem medidas específicas para a construção de resiliência em áreas urbanas.

Muitas políticas nacionais lidam com a resiliência a riscos de desastres e estão, de forma crescente, sendo integradas com políticas de mudanças climáticas. Apesar disso, ainda há carência de esforços que harmonizem essas políticas com outras que considerem a resiliência no contexto de outros fatores. Localmente, a situação é a mesma, apesar de esforços estarem sendo feitos por governos municipais e parceiros.

Construir resiliência demanda uma abordagem completa da sociedade, especialmente em cidades, nas quais os setores-chave dos governos locais precisam ser completamente engajados e coordenados. O setor privado, a comunidade científica e técnica e os atores comunitários (incluindo mulheres, jovens e pessoas com deficiência, entre outros) são cada vez mais envolvidos na construção da resiliência urbana. Esforços para, de forma proativa, engajar especialistas em questões econômicas, ambientais, de saúde e outras áreas afins irão ajudar a assegurar que os esforços para a construção da resiliência sejam holísticos.

Os pilares da Nova Agenda Urbana fornecem um guia para a operacionalização da agenda da resiliência, a partir do momento em que oferecem um modelo positivo para a urbanização, que conecte os elementos físicos, sociais, ambientais e econômicos da cidade.



PRINCIPAIS MOTIVOS PARA A AÇÃO

- Amplificar os instrumentos de planejamento da cidade para reduzir riscos já existentes e impedir a criação de novos, ao mesmo tempo em que se preparam para os riscos de desastres climáticos. Nesse rol, incluem-se:
 - Fortalecimento da capacidade técnica e científica para capitalizar e consolidar o conhecimento já existente;
 - Construção do conhecimento de oficiais de todos os níveis de governo, sociedade civil, comunidades e voluntários, bem como do setor privado, a partir do compartilhamento de experiências, lições aprendidas, boas práticas, treinamento e educação;
 - Desenvolvimento de mecanismos que permitam o monitoramento, a análise e o reporte dos progressos feitos na construção da resiliência urbana.
- Desenvolver ou aprimorar políticas já existentes (incluindo Políticas Urbanas Nacionais), que promovam cidades mais compactas, socialmente inclusivas, melhor integradas e conectadas, que acelerem o desenvolvimento urbano sustentável, incluindo:
 - Definição clara de papéis e responsabilidades e de mecanismos que melhorem a coordenação entre todos os atores relevantes, enfatizando a necessidade de se empoderar as autoridades e comunidades locais com recursos apropriados, incentivos e poder de tomada de decisões;
 - Desenvolvimento de instrumentos e mecanismos que viabilizem a reforço de um conjunto de políticas regulatórias;
- Desenvolver mecanismos/ instrumentos que promovam a coerência entre os sistemas, setores e organizações no tocante às suas políticas, planos, programas, processos e investimentos em resiliência urbana, incluindo:
 - Triagem de planos de investimentos para garantir a coerência e a inclusão de critérios de resiliência urbana;
 - Encorajamento de que haja sintonia entre organizações globais e regionais de financiamento, com um olhar que permita antecipar os potenciais impactos econômicos e sociais da resiliência urbana;
 - Promoção de investimentos de longo prazo em inovação e desenvolvimento de tecnologia para modelos de resiliência urbana;
 - Promoção da cooperação entre os setores financeiro, privado, científico e entidades do governo (em todos os níveis) para o desenvolvimento de novos produtos e serviços que visem facilitar a implementação de modelos de resiliência urbana;
 - Rever os padrões de consumo e produção das cidades e o impacto que esses padrões causam em sua existência no longo prazo, incorporando, no planejamento, as necessidades de recursos presentes e futuras da cidade.

PLATAFORMAS E PROJETOS

Muitos mecanismos já existem e algumas iniciativas estão em desenvolvimento para apoiar a resiliência urbana. Alguns exemplos incluem (nem todos disponíveis em português):

1. Colaboração Medellín para Resiliência Urbana (CMRU): <http://goo.gl/3cvQGb>
2. Cities Alliance: <http://www.citiesalliance.org/brazil>



3. UNEP Iniciativa Global para Cidades Eficientes no Uso de Recursos (GI-REC, sigla em inglês): <http://goo.gl/ZteUom>.
4. <http://www.unep.org/ccac/Initiatives/CCACHealth/tabid/133348/Default.aspx> Cúpula Humanitária Global - discussões urbanas: https://www.worldhumanitariansummit.org/whs_urban
5. Campanha Mundial para a Redução de Desastres “Construindo cidades resilientes: Minha cidade está se preparando”: <http://www.unisdr.org/campaign/resilientcities/>
6. ONU-HABITAT I’m a city changer: <http://www.imacitychanger.org/imacc/>
7. UNISDR Plataforma Global para Redução do Risco de Desastres: <http://www.unisdr.org/we/coordinate/globalplatform>
8. Partnership for Environment and Disaster Risk Reduction [Parceria para o Meio Ambiente e Redução do Risco de Desastres] (PEDRR): <http://pedrr.org/about-us/>
9. Facilidade Mundial para a Redução de Catástrofes e a reconstrução (GFDRR, sigla em inglês): <https://www.gfdr.org/>
10. IFRC 1 Billion Coalition for Resilience: <http://www.ifrc.org/one-billion-coalition/>
11. ICLEI – Fórum Anual sobre Resiliência Urbana e Adaptação: <http://resilient-cities.iclei.org/>
12. UNEP/ONU-Habitat Greener Cities Partnership: <http://unhabitat.org/unep-and-un-habitat-greener-cities-partnership/>
13. Programa de Perfis de Cidades Resilientes: <http://unhabitat.org/city-resilience-profiling-programme/>

Os Documentos Temáticos Habitat III foram preparados pelo Grupo de Trabalho do Habitat III das Nações Unidas, uma força-tarefa das agências e programas da ONU que trabalham juntos para a elaboração da Nova Agenda Urbana. Os Documentos Temáticos foram finalizados durante a oficina de escrita do Grupo de Trabalho da ONU em Nova York, de 26 à 29 de maio de 2015.

O presente Documento Temático foi liderado em conjunto pela ONU-Habitat, UNEP e pela UNISDR, com contribuições da UNITAR, UNDESA, WMO, UNICEF, CBD, UNFPA, UNICRI e ONU Mulheres.

Documento traduzido livremente por Barbara Rubin, através da plataforma UNV online (www.onlinevolunteering.org). Revisão técnica gentilmente realizada por UNOPS - Brasil.